

# Economia mostra quem tem a força

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Sem acordo entre lideranças partidárias e representantes do Centrão, a Constituinte começa a discutir hoje o título da Ordem Econômica da futura Carta, votando a emenda coletiva do grupo suprapartidário. O fim de semana foi dedicado a negociações sobre o tema, entre os grupos, que chegaram a um texto alternativo para os cinco primeiros artigos do título. Mas, no final da tarde de ontem, o Centrão decidiu interromper os entendimentos sobre a matéria e testar forças no plenário, com disposição de aprovar a íntegra da sua emenda e não permitir mudanças em seu texto pelos destaques nas votações em separado.

Caso não se consigam 280 votos favoráveis, a votação será repetida em 24 horas. Somente se não houver quórum para aprovação, é que será votado o texto da Comissão de Sistematização, repetindo-se idêntico procedimento, com observância dos mesmos prazos. Se o Centrão tiver sua emenda aprovada, a segunda parte da estratégia será evitar a votação em separado de qualquer dos seus dispositivos, que só podem ser derrubados pelo voto de 280 constituintes. Caso consiga aprovar a emenda, mas não consiga impedir modificações no seu texto, aí então o Centrão passará a negociar com o adversário.

O deputado Afif Domingos (PL-SP) reconheceu que o Centrão não tem certeza quanto à aprovação da sua emenda coletiva, ou sobre as possibilidades de rejeição dos pedidos de destaque. Por essa razão, o grupo prefere conferir, através da votação em plenário, com que forças pode contar, até mesmo pelo fato de o grupo estar dividido com relação a determinadas questões corporativas.

Foi na residência do senador Severo Gomes, ontem de manhã, que os grupos examinaram os cinco primeiros artigos da ordem econômica. Na reunião participaram os deputados Luis Roberto Ponte e José Geraldo Ribeiro, representantes do Centrão, o deputado Luis Salomão (PDT-RJ), o economista do FMDB, Luciano Coutinho, e vários especialistas em tecnologia ligados ao partido majoritário na Constituinte.

## Lobistas da mineração

"O mapa é falso." Essa frase, estampada num cartaz patrocinado

pelos empresários mineradoras, foi colocado ao lado do mapa da Coordenação Nacional dos Geólogos (Corage), sobre a ocupação do subsolo brasileiro por empresas multinacionais. A guerra dos "lobistas" da mineração chamou a atenção de centenas de pessoas que transitaram ontem pelo corredor principal da Câmara.

Mais de cem empresários nacionais vão se reunir hoje pela manhã no gabinete da segunda secretaria da Câmara, para debater com a Comissão Parlamentar Nacionalista os problemas da área de tecnologia de ponta. Empresários do setor de equipamentos laboratoriais, de computadores, biotecnologia e da indústria de química fina estão preocupados com a votação da reserva de mercado para empresa nacional e com a definição dessas empresas na futura Constituição.

Também de manhã, a Ordem dos Advogados do Brasil vai reunir na Comissão de Minas e Energia o bloco das Diretas/88, com a presença de vários governadores, prefeitos, constituintes, líderes políticos e representantes de entidades em geral. Eles querem colocar o bloco das diretas nas ruas antes da promulgação da futura Constituição, para tentar a realização de eleições diretas para presidente da República ainda este ano.

## Charges

A Associação Fluminense da Pequena e Média Empresa (Flupeme) descobriu uma nova maneira para pressionar os constituintes no momento da votação do capítulo da ordem econômica. Eles vão instalar hoje às 14 horas, no Congresso Nacional, uma exposição com 40 charges sobre a recessão, incluindo nomes como Jaguar, Nani, Ique, Narsara e Ikenga.

Foram convidadas para a exposição, intitulada "Recessão. Sai dessa Brasil", todas as lideranças partidárias. Na hora da instalação, os dirigentes da Flupeme vão aproveitar para defender a empresa nacional, destacando os itens do projeto da Comissão de Sistematização que dão tratamento diferenciado para as pequenas empresas.

"Como não temos uma grande quantidade de empresários para fazer o nosso lobby, resolvemos usar uma forma mais simpática do que a cantada ao pé do ouvido", disse o presidente da Flupeme, Benito Paret, ao justificar a exibição de charges para pressionar os constituintes.

## Cinco jatinhos estão a postos

Pelo menos cinco jatinhos serão mobilizados pelo Centrão para colocar hoje em plenário 320 constituintes, na tentativa de aprovar seu texto. Ontem à noite, o quartel-general do Centrão foi transferido para o gabinete do deputado José Lourenço, líder do PFL, que, pessoalmente, convocava parlamentares e pedia o apoio dos governadores nesta mobilização. Tra-

balho semelhante também estava sendo feito pelo líder do governo na Câmara Carlos Sant'Anna e por Luiz Eduardo Magalhães (PFL-BA). "O Centrão nasceu por causa da ordem econômica e precisamos vencer amanhã", dizia ao telefone José Lourenço ao deputado Jairo Azi (PFL-BA). Ao final da conversa, satisfeito, confirmava mais uma presença.



## Falta quórum e a votação fica para hoje

A falta de acordo, apesar das tentativas do fim de semana, e a própria falta de parlamentares do Centrão para garantir a votação da emenda coletiva do grupo não permitiram quórum para a votação do título da ordem econômica e financeira, considerado dos mais polêmicos da futura Constituição.

A partir da sessão de ontem entrou em vigor o ato da Mesa da Constituinte, assinado quinta-feira por Ulysses Guimarães, que corta os subsídios de deputados e senadores faltosos em cerca de Cz\$ 25 mil por dia, sempre que o parlamentar faltar a quatro sessões seguidas ou a sete alternadas. Ontem, 306 constituintes não tiveram seus nomes computados como presentes, pois no momento em que Ulysses Guimarães, depois de vários apelos, anunciou a verificação de quórum, apenas 253, entre os 559 constituintes, se encontravam em plenário.

A falta de quórum já era esperada, já que a despeito das sucessivas reuniões, de sexta até ontem cedo, não foi possível fechar acordo entre as diversas correntes da Constituinte sobre pontos polêmicos como conceito de empresa nacional, monopólio estatal do petróleo, riquezas minerais, entre outros.

Anunciada a falta de quórum e convocada outra sessão para hoje, a partir das 14h30, o deputado Roberto Freire (PCB-PE) levantou uma questão de ordem para afirmar que o Centrão deveria correr o risco de buraco negro, porque só no confronto será possível resolver a questão. Ulysses facultou então aos parlamentares a continuação da sessão pinga-fogo.



Luis Tajer

Faltam 27 votos para o quórum mínimo e Ulysses adia votação para hoje

## Definições ruins, diz Delfim

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Entre o ruim e o pior. É assim que o deputado Delfim Netto (PDS-SP) acha que será a definição do título da Ordem Econômica da nova Constituição. Ele explica que a proposta do Centrão "não é moderna" e a da Comissão de Sistematização "é retrógrada". No final, Delfim acredita que a realidade vai prevalecer sobre o que o texto aprovado determinar. Mas não haverá como evitar que o sistema econômico perca eficiência, por causa do excesso de regulamentação presente nas duas propostas.

"Os textos exalam Estado", reclama o deputado, para quem "a Constituinte não vai produzir uma Carta ajustada à realidade". Na sua avaliação, o País corre o risco de estar escolhendo entre se parecer com Cuba ou Moçambique, ao ficar limitado

às emendas do Centrão e da Sistematização. "Não por questão ideológica, mas em termos de desorganização do sistema econômico", esclarece.

Delfim critica, por exemplo, uma proposta de conciliação entre o Centrão e a esquerda, que ampliaria para toda a economia os dispositivos de controle de tecnologia hoje existentes na lei de informática. Uma sugestão que provoca ironia: "Se algum brasileiro inventar a roda, teríamos uma lei fixando com clareza que ela não será instrumento de transporte em nenhum lugar do mundo. Em compensação, se algum gaúcho inventar a roda lá fora, os brasileiros poderiam reinventá-la com tranquilidade". Nesse quadro, o ex-ministro acha que só há uma coisa a fazer: "Votar, e que cada um assumira sua responsabilidade. Daqui a cinco ou seis anos se vê quem tinha razão".

GASTÃO ALVES DE TOLEDO

Os textos da ordem econômica apresentados à reflexão dos senhores constituintes contemplam vários critérios para a definição de empresa nacional. O da Comissão de Sistematização é o somatório de três deles, a saber: o do local da Constituição da empresa, o do domicílio da sede e o de seus acionistas controladores "em caráter permanente, exclusivo e incondicional", devendo, pois, o poder decisório do capital volante ter essa abrangência.

Já o texto da emenda coletiva nº 2P02043-1, em seu artigo 200, segue o mesmo princípio hoje adotado por nosso Direito e boa parte da doutrina universal, ao dizer que são empresas brasileiras aquelas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham no País sua sede e administração, qualificando, a seguir, em seu parágrafo primeiro, o que se entende por empresa brasileira de capital nacional.

Aqui se verificam duas posturas divergentes e fundamentalmente importantes. A emenda coletiva 2P02043-1 busca consagrar o princípio da lex fori, e o da sede administrativa para a definição de uma pessoa jurídica nacional submetida à jurisdição de soberania do Estado brasileiro, não de outro. Escapa, pois, a esta definição, a situação jurídica dos acionistas, ou sócios, já que estes são pessoas distintas da pessoa da empresa.

A doutrina, como se disse, tende a adotar a "lex fori" como a mais consentânea com a realidade moderna para definir a personalidade jurídica das empresas, mesmo ao considerar que ela difere substancialmente da personalidade das pessoas físicas, embora haja entre ambas alguma analogia, no que respeita à lei aplicável em razão do nascimento.

O que se constata, aos tratarmos

das propostas citadas, é que nelas, à exceção do "caput" do artigo 200 da emenda coletiva 2P02043-1, se estabeleceu uma junção das qualificações jurídicas que determinam a nacionalidade de uma pessoa jurídica com aquelas de seus acionistas ou sócios. Confunde-se, assim a "nacionalidade" da empresa com a condição jurídica específica a que se pode subordinar (Direito Internacional Privado, Amílcar de Castro, 3ª ed., pág. 327). Esta condição independe da nacionalidade porque concerne a algumas das características que a Constituição ou a lei podem impor às pessoas jurídicas, tendo em vista certos objetivos ou situações especiais.

No Brasil, já se estabeleceram tais diferenças em vários campos da atuação empresarial (Informática, empresas jornalísticas e de radiodifusão, navegação de cabotagem etc.), considerando-se sempre sua destinação específica.

É certo que as maiores restrições constantes da definição de empresa nacional proposta pela Comissão de Sistematização, veiculadas pelos adjetivos "decisório" e "incondicional", no que respeita ao controle de capital, levarão, se aprovadas, a que boa parte das empresas nacionais se transformem, de imediato, em estrangeiras pela eventual existência de acordos de acionistas, ou joint ventures, que prevejam a necessidade de aquiescência do acionista minoritário nas decisões sobre certas matérias como, por exemplo, a alteração do objetivo social, a política de aumentos de capital, a aprovação de inovações tecnológicas ou o gerenciamento de determinada linha de produção. Ademais, a rigidez de que se reveste a proposta em nada contribui para fortalecer a empresa nacional. Ao contrário, seria uma alga jurídica a inibir-lhe o crescimento pela subtração de sua dinâmica própria, com base em uma concepção

## Para Campos, Centrão pode aprovar texto

RIO  
AGÊNCIA ESTADO

O senador Roberto Campos (PDS-MS) disse ontem ter certeza de que o texto do Centrão para o Capítulo da Ordem Econômica será aprovado por maioria de votos. O texto, segundo ele, está longe de ser liberal, mas significa "o máximo de concessões que se pode fazer ao nacionalismo obscurantista".

Para o senador, o pensamento nacional-obscurantista objetiva "uma definição de empresas brasileiras de capital nacional que permita a perpetuação de cartórios, graças a incentivos e subsídios pagos pelo consumidor e que só farão aumentar a ineficiência do sistema". O texto do Centrão, por outro lado, embora seja excessivamente tolerante em relação à intervenção estatal, não chega ao ponto de romper "a corrente modernizante que perpassa pelo mundo, na qual o Estado, cada vez mais, tem que voltar a suas funções fundamentais", afirmou.

Roberto Campos fez as declarações no lançamento de seu livro Guia para os Perplexos, pela Editora Nórdica, com tiragem de cinco mil exemplares, na livraria Siciliano, centro do Rio. Os "perplexos" aos quais se dirige o senador são, em sua própria interpretação, "os confusos que não entenderam ainda que o Brasil fez uma opção pela pobreza e não pelos pobres. Segundo ele, o País tem que fazer uma opção pela riqueza, através da inserção crescente na comunidade econômica ocidental.

## Empresa nacional

equivocada, segundo a qual por meios jurídicos sempre se alteram as realidades econômicas.

A empresa nacional perderia, assim, a flexibilidade de que necessita para desenvolver-se e sobreviver no complexo mercado local e internacional, a não ser que se resigna a ser considerada nacional, sob esse prisma, mas sem a possibilidade de livremente associar-se ou obter tecnologia, técnicas em seu relacionamento com empresas estrangeiras ou nacionais de capital estrangeiro.

Vale lembrar que não interessa ao nosso país inserir em sua Constituição qualquer conceito jurídico de empresa que sirva de fundamento à imposição posterior de discriminações, de toda sorte, quer pela lei ordinária, quer ilegalmente por atos administrativos os mais diversos. Isto provavelmente só nos conduzirá a uma permanente insegurança jurídica, em boa parte responsável pela inibição ou perda de investimentos de risco tão necessários ao nosso desenvolvimento.

A avaliação correta das propostas e de suas implicações para o futuro do País não de ser convenientemente mediatadas, para que o interesse nacional prevaleça, ao se decidir sobre a matéria. De um lado, o aceno a uma economia fechada, protectionista, com prevalência do poder estatal na tutela e concessão de benesses a boa parcela de um setor privado cada vez mais dependente, avesso à competição e à eficiência. De outro, a possibilidade de fortalecimento do mercado, em benefício do consumidor, pelo incremento da riqueza, através da ampliação dos investimentos, melhoria de produtividade e aperfeiçoamento tecnológico, em uma economia próspera e moderna.

Gastão Alves de Toledo é advogado, membro do Instituto dos Advogados de São Paulo e do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional.